

HISTÓRIA COMPARADA: OLHARES PLURAIS ¹

Profa. Dra. Neyde Theml ²
Profa. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante³
PPGHC/IFCS/UFRJ
rmbustamante@terra.com.br

Recebido em: 19 de fevereiro de 2007
Aprovado em: solicitação dos Editores

Resumo

O artigo trata de algumas discussões historiográficas sobre o método comparativo em História abarcando um arco de tempo que vai do início ao fim do século XX. Apresenta suas vantagens e seus riscos e enfatiza a proposta comparativa desenvolvida pela equipe do Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes.

Palavras-chaves: História Comparada; Historiografia; Metodologia.

Abstract

The article deals with some of the historiographic debates about the comparative method in History which occurred in a time frame that goes from the beginning to the end of the twentieth century. It shows the advantages and risks of such method and emphasizes the comparative proposal developed by the team from the Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes.

Keywords: Comparative History; Historiography; Methodology.

¹ . Este texto foi originalmente publicado em: ESTUDOS IBERO-AMERICANOS / PUCRS XXIX (2): 7-22, 2003. Depois, foi republicado em: PHOÏNIX 10: 9-30, 2004. Resolvemos republicá-lo no número inicial da Revista de História Comparada dada a sua importância para a discussão do método comparativo.

² . Professora Titular de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) / UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ.

³ . Professora Adjunta de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) / UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ. Bolsista do CNPq.

Introdução

Em 2001, um grupo de 20 professores⁴, em sua maioria vinculados ao Departamento de História da UFRJ, começaram a gestar o Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)⁵, fundamentado na construção coletiva de problemas e na sua reflexão crítica. Partiu-se do pressuposto que o conhecimento dos fenômenos sociais amplia-se com o diálogo e a comparação dos resultados das pesquisas, abrangendo objetos, teorias e métodos dos diferentes aportes das chamadas Ciências Humanas. Este texto originou-se das discussões do grupo, enfocando as diversas abordagens comparativas em História.

História Comparada em Perspectiva

Nas primeiras décadas do século XX, Louis Davillé (1913 a: 4-33; 1913 b: 217-257; 1914: 201-229) e Lucien Febvre (1924: 151-152), em artigos publicados na *Revue de Synthèse Historique*⁶, apresentaram a possibilidade de aplicar o método comparativo aos estudos históricos, buscando superar uma concepção tradicional de História, que privilegiava a singularidade do factual de caráter político, e afastando-se portanto das práticas pouco científicas dos “*historiadores historicizantes*”, na expressão pejorativa

⁴. Em ordem alfabética, os professores doutores: Álvaro Hashizume Allegrette, Álvaro Alfredo Bragança Júnior, André Leonardo Chevitarese, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Anita Leocádia Prestes, Clara de Góes, Fábio de Souza Lessa, Flávio dos Santos Gomes, Francisco Carlos Teixeira Da Silva, Gracilda Alves, João Vicente Ganzarolli, Leila Rodrigues da Silva, Maria Conceição Pinto de Góes (Coordenadora Adjunta do PPGHC / UFRJ), Maria Regina Candido, Marta Mega de Andrade, Neyde Theml (Coordenadora do PPGHC / UFRJ), Norma Musco Mendes, Regina Maria da Cunha Bustamante, Sidnei José Munhoz e Silvio de Almeida Carvalho Filho.

⁵. PPGHC / IFCS / UFRJ: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20051-070; tel./fax 0 XX 21 2221-4049; e-mail: hcomparada@ifcs.ufrj.br; site: www.hcomparada.ifcs.ufrj.br.

⁶. Periódico fundado pelo filósofo Henri Berr em 1900 como reação contra a “*escola metódica*”, baseada no exercício da erudição. Émile Durkheim e os seus discípulos, P. Vidal de la Blache e os seus amigos geógrafos, F. Simiand e outros economistas, H. Wallon e outros psicólogos além de historiadores hostis ao positivismo como Lucien Febvre e Marc Bloch tiveram um espaço de divulgação de suas novas abordagens nesta publicação. (BOURDÉ e MARTIN, 1990: 120)

de François Simiand⁷. Assim, no V Congresso Internacional das Ciências Históricas, em 1923, Henri Pirenne (1923: 19-28) defendia o uso do método comparativo pela História como meio para construir sínteses científicas, o que foi visto com ceticismo por Henri Berr (1923: 5-14). No período entre-guerras, o comparativismo também foi considerado como uma resposta contra os nacionalismos exacerbados, que surgiram no século XIX e eclodiram na 1ª. Guerra Mundial.

Neste contexto, Marc Bloch (1930: 31-39) apresentou a sua concepção de comparativismo:

aplicar o método comparativo no quadro das Ciências Humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.

Para Marc Bloch, a comparação tinha importantes funções: pesquisar e entender aspectos específicos e gerais de cada fenômeno e auxiliar a compreender as “*causas*” e “*origens*” dos fenômenos. Como objeto de aplicação do método comparativo, este historiador elegeu as sociedades européias medievais⁸, que eram vizinhas e contemporâneas, sofriam “*influência uma da outra*”, estavam sujeitas à “*ação das mesmas grandes causas*”, em vista de sua proximidade e sincronização, e remontavam parcialmente a uma “*origem comum*”. Repousou a comparação sobre uma certa

⁷. François Simiand, no seu artigo “Méthode historique et science sociale”, originalmente de 1903, denomina desta forma historiadores que atribuíam freqüentemente as causalidades “*à impressão, ao fato pessoal e, digamos a palavra, a um pequeno acaso*” (In: CEDRONI, 1987: 127). Este autor apresentou as bases do comparativismo como uma forma de aproximar historiadores dos cientistas, a História das Ciências Sociais. Vinte anos depois de Simiand, Henri Sée (1923: 37-46) também defendeu esta proximidade. Há de se ressaltar, entretanto, que esta proximidade não era unanimidade entre os historiadores da época (ver PIRENNE, 1923: 23). A obra anteriormente referida de Simiand encontra-se atualmente disponível em português (SIMIAND, 2003).

⁸. Especialista em História Medieval, Marc Bloch aplicou seu método comparativo a este período nas obras *Os reis taumaturgos* (original de 1924), em que analisou o caráter sobrenatural atribuído à potência real na França e na Inglaterra, e *A sociedade feudal* (original de 1939-1940), síntese dos conhecimentos do momento sobre a organização social na Idade Média, sendo que, no capítulo final (“O feudalismo como tipo social e a sua ação”), fez uma comparação entre Europa e Japão, que produzira espontaneamente um sistema similar ao feudalismo desenvolvido no Ocidente medieval europeu. Ver também o texto “Pour une histoire comparée des sociétés européennes” de autoria de Marc Bloch publicado originalmente em 1928 na REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE (nova edição: BLOCH, 1983: 16-40).

similitude de fatos observados em meios diferentes, recusando entretanto comparações excessivamente vastas, cujas falsas semelhanças podiam esconder diferenças importantes.

A proposta do Bloch, próxima da ótica sociológica herdada de Durkheim⁹, trazia uma perspectiva histórica mais ampla pois, ao abordar diferentes sociedades européias, extrapolava os estudos locais e regionalistas que caracterizavam a tradição historiográfica francesa. O método comparativo tinha o mérito de possibilitar ao observador afastar-se de seu próprio ponto de observação e, ao ultrapassar o caráter individual e único de cada sociedade observada, permitir a passagem da descrição para a explicação de processos históricos¹⁰, sistematizando assim conhecimentos. Entretanto, a História Comparada, na perspectiva de Bloch, atinha-se a espacialidades próximas e a uma mesma temporalidade. A maioria das tentativas feitas no sentido da História Comparada se fundamentava em “comparar o comparável”, em que o conceito de comparação estava necessariamente atrelado a estas fronteiras e/ou períodos tradicionais, confrontando-se preferencialmente sociedades vizinhas, de mesma natureza e coetâneas.

⁹. Émile Durkheim considerava o método comparativo fundamental para a Sociologia; a “*variação concomitante*” constituía-se numa espécie de “*experimento indireto*” que permitiria a análise dos fatores que levariam uma sociedade a adotar determinada forma. Apresentou dois tipos de comparação: comparação entre sociedades de mesma estrutura (“*da mesma espécie*”; aplicada por Marc Bloch à História) e comparações entre sociedades basicamente diferentes (DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. original de 1895). O comparativismo de Durkheim marcou a lingüística e a literatura comparadas francesas e historiadores como Marc Bloch. Sobre este último aspecto, ver: SEWELL JR., 1967: 208-218; WALKER, 1980: 154-164; HILL, A. O., HILL JR., B. H. 1980: 828-857; BURKE, 1997: 34-37; BURKE, 2002, p. 39-40. Outras referências de estudos analíticos sobre o método comparativo de Marc Bloch encontram-se em HAUPT, 1998: 213; ROMAGNOLI *In*: ROSSI, 1990: 110-125. Há ainda os trabalhos apresentados no “Colóquio Internacional Marc Bloch Hoje”, ocorrido de 16 a 18 de junho de 1986 em Paris, que foram publicados originalmente em 1990 e tiveram reimpressão em 1992. Nesta obra, há um segmento dedicado ao “Comparativismo em História”, que teve contribuição de Aleksander Gieysztor, Reyna Pastora, Maurice Aymard, Évelyne Patlagean, Michel Corbier, Lucette Valensi, Jack Goody e Raymond Grew (ATSMA e BURGUIÈRE, 1992: 223-334).

¹⁰. O método comparativo foi visto por Henri Sée (1933) como um instrumento capaz de transformar a História em ciência, pois era uma alternativa, no contexto da pesquisa, à impossibilidade de aplicar o método experimental. Assim, a História deixaria de ser descritiva e passaria a ser explicativa.

O comparativismo adotado por Marc Bloch se distinguia daquele proposto por Max Weber para as Ciências Sociais¹¹. Para este, através do cotejamento entre traços de um período e os encontrados em outros, procurava-se ver o que não estava lá, ou seja, entender a ausência específica. Weber analisa aspectos parciais e selecionados dos processos em confronto, mesmo que distantes temporalmente, a partir de “*probabilidades típicas de acontecer*” (e eventualmente da formulação de *tipos ideais*), abordando certos temas, tais como a burocracia (que poderia ser analisada tanto no Império Chinês ou no Império Romano quanto na Espanha de Filipe II, por exemplo)¹². A abordagem weberiana envolveria, portanto, sociedades francamente heterogêneas e/ou muito afastadas temporalmente, procurando desvelar o que é “peculiar” a cada e não operando na busca do “comum” a várias ou a todas as configurações históricas.

Havia o receio de que a História Comparada pudesse resultar em uma abstração excessiva pautada em uma postura de que tudo era passível de comparação independentemente de tempo/espaço, negando justamente o que era caro aos historiadores: privilegiar a singularidade, localizando as especificidades e diferenças, e indagar acerca dos fatores/elementos que as determinaram visando compreender a dinâmica, o comportamento, as imbricações entre os diferentes aspectos que moldam uma dada realidade sob observação. Em suma, preocupava-se com o compromisso em relação à temporalidade essencial dos fenômenos socioculturais, matéria-prima por excelência do ofício do historiador. O uso inadequado da comparação histórica poderia

¹¹. Em 1904, Weber publicou, na revista ARCHIV FÜR SOZIALWISSENSCHAFT UND SOZIALPOLITIK fundada por ele e Weber Sombart em 1903, um artigo referente à teoria das Ciências Sociais, no qual propõe a aplicação do método comparativo (ver: WEBER, 1977). Há vários estudos sobre o método comparativo do Weber tanto nas introduções das diversas publicações da obra weberiana quanto em trabalhos específicos, dentre eles: ARON, 1982: 461-540; FREUND, 1970; COHN, 1979; JASPERS In: COHN, 1977: 121-135; FERNANDES, 1978; HIRST, 1977.

¹². Ver a obra *Economia e sociedade* de Max Weber, publicado originalmente por Marianne Weber em 1922. Para uma análise específica sobre o conceito de burocracia em Weber, ver: TRAGTENBERG, 1974.

levar a anacronismos quando confundisse analogias superficiais com similitudes profundas e desconsiderasse as especificidades estrutural e histórica das sociedades incluídas na comparação, como foi criticado por Lucien Febvre¹³ nos estudos realizados por Oswald Spengler (*O declínio do Ocidente*, original de 1918-1922)¹⁴ e Arnold J. Toynbee (*Um estudo de História*, original de 1934-1961)¹⁵, por exemplo. Havia ainda o risco “paradoxal” de etnocentrismo na História Comparada, pois, se esta preocupava-se em abordar culturas não ocidentais, muitas vezes, considerava o Ocidente como norma

¹³. O artigo “De Spengler à Toynbee: quelques philosophies opportunistes de l’histoire” foi publicado na REVUE METAPHYSIQUE ET DE MORALE em 1936. Em 1953, foi inserido no livro *Combates pela história*.

¹⁴. A “queda de Roma” forneceu ao filósofo alemão material de análise para refletir o seu próprio momento de crise, o período entre-guerras; maiores detalhes, ver: CANFORA, 1980. Oswald Spengler abordou, a partir de raciocínio de inferência analógica, várias culturas (clássica, árabe, egípcia, babilônica, índica, chinesa, mexicana, inca, ocidental), vistas como entidades homogêneas, cíclicas (4 fases: mítica ou mística = primavera; filosófica e matemática = verão; racionalista = outono; civilizatória caracterizada pelo materialismo, cepticismo e pragmatismo = inverno), fechadas sobre si mesmas e independentes umas das outras, abrangendo um campo amplo de temas (povos, idiomas, épocas, batalhas, idéias, Estados, deuses, artes, obras, ciências, direitos, organizações econômicas, concepções de universo, grandes homens, notáveis acontecimentos...) (SPENGLER, 1964). Apesar de lhe criticar o excesso de ambição, Lucien Febvre lhe dava, ao menos, o mérito da síntese, o que contrastava com as minúcias estereis de monografias demasiadamente especializadas, como eram apreciadas pelos universitários “positivistas” alemães e franceses do final do século XIX e início do XX. Em uma perspectiva mais filosófica, Filipe Rocha (1982: 251-257) qualifica a obra de Oswald Spengler, juntamente com a de Arnold J. Toynbee, como pertencentes à corrente neopositivista por se aterem aos dados historicamente comprováveis visando detectar as leis da História, seguindo portanto as premissas do positivismo comtiano. Outros estudos sobre Spengler, ver: BOURDÉ e MARTIN, 1990: 54-57 e GARDINER, 1984: 228-244; CONTE In: ROSSI, 1990: 5-31.

¹⁵. A obra de Oswald Spengler levou Arnold J. Toynbee a reexaminar a questão sobre a civilização ocidental. Criticou a compartimentação das culturas feita por Spengler e seu fatalismo. Na concepção de Toynbee, as sociedades, que se desenvolvem, transformam-se em civilizações. Na contemporaneidade, existem 5 civilizações intermediárias: ocidental (filiada a greco-romano ou helênica), cristã-ortodoxa (rebento gêmeo da helênica), islâmica (originada da siríaca), hindu (advinda da pré-indiana) e extremo-oriental (surgida da pré-chinesa e nipônica-coreana). Atrás do grupo intermediário de civilizações, situam-se outras: as primitivas. Identificou 21 (às vezes, referiu-se a 23) civilizações inteiramente desenvolvidas, divisíveis em 3 gerações dentro de um período de 6.000 anos aproximadamente. Além destas, descobriu civilizações abortadas (vikings superados pelo desafio natural da Islândia e Groelândia; celtas cristãos da Europa Ocidental superados pelo desafio humano da civilização greco-romana) e paralisadas (polinésios, nômades, esquimós, otomanos e espartanos). O móvel do desenvolvimento das sociedades é o “desafio-e-resposta” (TOYNBEE, 1987). William Dray (1977: 130) sintetizou o pensamento de Toynbee: “As civilizações surgem como resposta a um desafio da adversidade; crescem por meio de uma série de respostas a desafios sucessivos, brotados da resposta ao desafio anterior; entram em decadência por falharem na resposta a um desafio repetido; e desintegram-se, dividindo-se numa minoria dominante e num proletariado externo e interno.” A obra de Toynbee foi objeto de análise de muitos outros autores além de Lucien Febvre e William Dray, por exemplo: na revista DIOGÈNE XIII, 1956, que foi inteiramente dedicada ao historiador com artigos dele, de Lewis Mumford, Kenneth W. Thompson, Louis Renou e Robert Heine-Geldern; ROCHA, 1982: 257-270; BOURDÉ e MARTIN, 1990: 57-60; GARDINER, 1984: 244-256; BURKE, 2002: 46; PREDAVAL In: ROSSI, 1990: 32-54.

da qual divergiriam as outras culturas que eram comparadas. Para Heins-Gerhard Haupt (1998: 205-216), o lento surgimento da História Comparada na Europa, em especial na França¹⁶, deveu-se ao privilégio concedido pelos historiadores: à individualidade histórica em detrimento de problemáticas mais gerais, pelo temor do uso dos modelos teóricos da Sociologia, que buscavam as causalidades e leis verificáveis¹⁷ através da comparação de sociedades diferentes inseridas numa “evolução social”¹⁸; à politização dos debates históricos direcionando os estudos para as posições de política interna; e à crença em um “caminho particular” que reforça nacionalismos ao situar as particularidades nacionais no centro da pesquisa histórica¹⁹.

Há, contudo, fatores favoráveis à História Comparada. Segundo Heins-Gerhard Haupt, a internacionalização da pesquisa e da vida universitária fomenta este tipo de abordagem. Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1983: 409-419) apontaram que o impulso deste tipo de estudo foi devido: ao contato da História com as Ciências Sociais, cuja generalização implicava em comparação (apesar de ser vista, como referido anteriormente, com extrema desconfiança por alguns); ao notável desenvolvimento, pós 2ª. Guerra Mundial²⁰, da história asiática, africana e latino-

¹⁶. O autor ressalta que, mesmo nos *Annales ÉSC*, os estudos comparativos, apesar de estarem em seu projeto, eram raros, conforme denunciado, em 1988, na p. 292 do editorial “Histoire et Sciences Sociales. Un tournant critique?” da própria revista. Podemos citar um exemplo recente de exceção na aplicação do método comparativo que foi publicado neste periódico: GREEN, 1990: 1335-1350.

¹⁷. Nesta linha, pode-se inserir François Simiand que, no seu artigo “Méthode historique et Science Sociale”, datado de 1903, afirmou “que a comparação tornava a determinação e classificação inteligíveis através das regularidades verificáveis.” (In: CEDRONI, 1987: 146)

¹⁸. A premissa de um processo evolutivo para as sociedades a partir da análise comparativa foi desenvolvido em Karl Marx, Auguste Comte, Herbert Spencer, James George Frazer, Émile Durkheim dentre outros estudiosos do século XIX, que buscavam identificar o estágio alcançado por determinada sociedade na escala da “evolução social”.

¹⁹. Para aprofundar a questão sobre a relação entre História Nacional e História Comparada, ver: ELLIOT, 1991.

²⁰. Neste mesmo contexto pós 2ª. Guerra Mundial, Peter Burke (2002: 42) destaca o desenvolvimento dos estudos comparativos com o surgimento da economia, literatura e política comparativas nos EUA e com a fundação da revista inglesa COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY em 1958. Podemos ainda incluir no esforço em prol do comparativismo a AMERICAN HISTORICAL REVIEW (nos números de outubro e dezembro de 1980 e fevereiro de 1982). Mais recentemente, o tema foi considerado como prioritário no congresso anual de historiadores americanos (American Historical Association) em 1990. Neste mesmo ano, surgiu um periódico, GENÈSES, de origem francesa, que

americana (a “*internacionalização da pesquisa*” mencionada por Haupt) que amplia, em âmbito mundial, a base de verificação de hipóteses explicativas aceitas; e ao sucesso alcançado por pesquisas que aplicaram o método comparativo, em especial envolvendo sociedades escravistas americanas²¹, que tiveram cuidado com as especificidades ao apontar tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os elementos comparados e fundamentaram-se em uma rigorosa definição de termos e conceitos e no conhecimento profundo do que se pretende comparar. Enumerando as vantagens do método comparativo para as pesquisas históricas, estes dois historiadores destacaram três aspectos positivos: 1) possibilitar um controle efetivo sobre as hipóteses e generalizações explicativas, eliminando as que não se comprovam, enriquecendo ou matizando as generalizações²² admitidas ou mesmo esboçando novas explicações e problemáticas dantes insuspeitadas, tal como fizeram Barrington Moore Jr. (1983) e Eugene Dominick Genovese (1971: 375-388); 2) romper com a herança da historiografia do século XIX, pautada em fronteiras políticas definidas como unidades “naturais” de análise, quando se constrói universos de análise a partir de critérios

colocou em seu programa a necessidade de estimular a cultura comparativista.

²¹. Os autores citam FONER e GENOVESE, 1969. Peter Burke (2002: 42-44) apresenta outros tipos de estudos comparativos que considera proveitosos: em História Econômica, aqueles relacionados aos processos de industrialização (exemplificado, dentre outros, com o de Rostow – criticado por CARDOSO e PÉREZ BRIGNOLI, 1983: 411); em História Política, os que enfocaram revoluções (exemplificado com o de Barrington Moore Jr, dentre outros); em História Social, os estudos sobre o feudalismo (exemplificado com o de Marc Bloch, dentre outros). Na coletânea sobre História Comparada organizada por Pietro Rossi (1990), apresentam-se várias abordagens comparativas que foram agrupadas em seis partes: Teoria geral da História e comparação macro-histórica (tratando de Oswald Spengler, Arnold. J. Toynbee e Norbert Elias); Pesquisa histórica e História Comparada (analisando Otto Hintze, Henri Pirenne e Marc Bloch); Entre Economia e Antropologia: desenvolvimento capitalista, economia primitiva e evolução social (estudando Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Marshall Sahlins, dentre outros); Abordagens comparativas na historiografia pós-guerra (abarcando Fernand Braudel, Alfred D. Chandler Jr. e a nova História Social alemã); Entre a Sociologia e História: sociedade industrial, processo de modernização e sistema mundial (refletindo sobre as obras de Raymond Aron, Barrington Morre Jr., Theda Skocpol, Immanuel Wallerstein e Stein Rokkan); e História Comparada e contexto disciplinar (centrada na discussão sobre a relação entre as Ciências Sociais e a História Comparada).

²². Para Sylvia Thrupp (1958: 1-4), a História Comparada ultrapassa a singularidade e procura um outro nível de generalização.

conceituais bem mais coerentes²³; e 3) distinguir as singularidades irreduzíveis de um determinado objeto quando este é situado em uma “tipologia”, descartando traços comuns ou meramente incidentais entre os objetos comparados.

Assim, em meados do século XX, com a fragilidade europeia pós 2^a. Guerra Mundial e a descolonização afro-asiática, quando se instala a fratura/fragmentação do mundo contemporâneo, evidencia-se um rompimento ou questionamento das fronteiras e referências tradicionais e uma desconfiança em relação a uma concepção evolucionista e progressista, originária do etnocentrismo da cultura ocidental. Neste contexto, Geoffrey Barraclough (1955) denunciava as lacunas existentes nos conhecimentos históricos. Fica bastante claro que era necessário mudar a percepção acerca do método comparativo em História. O olhar comparativo se construiu afastando-se de uma perspectiva eurocêntrica. O surgimento em primeiro plano de atores (URSS, EUA e Japão), que pertenciam somente marginalmente ao *oikoumêné* dos antigos (fundamentada na tradição clássica), levantou questões entre os historiadores sobre o objeto e os métodos de suas pesquisas²⁴; nasciam então outros pólos de interesse que demandavam um repensar do “fazer histórico”²⁵. O desenvolvimento da Arqueologia²⁶, da Antropologia²⁷, da Etnologia²⁸, da Lingüística e

²³. Para exemplificar este tipo de comparação fundamentada em conceitos, podemos citar os estudos efetuados por Moses I. Finley em que aborda comparativamente temas como democracia (1988; original de 1973) e escravidão (1991; original de 1980) em diferentes temporalidades e espacialidades.

²⁴. Ver ROCKKAN, 1968; VANN WOODWARD, 1968; PRZEWORSKI e TEUNE, 1970; ETZIONI e DU BOW, 1970; SMELSER, 1976; SKOCPOL e SOMERS, 1980: 174-197; BONELL, 1980: 156-173; SKOCPOL, 1984; BOURDIEU *et al.*, 1988.

²⁵. Há vários estudos, que desconstruíram os discursos das Ciências Humanas, pautados na percepção ocidental sobre o “outro”, tais como: SAHLINS, 1997 [original de 1987]; SAID, 1990 [original de 1979]; TODOROV, 1988; SAID, 1990 [original de 1994]; MORSE, 1995; PESAVENTO, 1992.

²⁶. *E.g.*, COURBIN, 1963; BINFORD e BINFORD, 1968; GARDIN, 1971: 204-218; SCHNAPP, [original de 1973] *In*: LE GOFF e NORA, 1986: 1-20 [original de 1974]; BRUNEAU, 1976: 103-135; BINFORD, 1977; CARANDINI, 1979; GARDIN, 1979; TRIGGER, 1989; UCKO, 1995.

²⁷. *E. g.*, GEERTZ, 1989 [original de 1973]; CERTEAU, 1993 [original de 1974]; CERTEAU, 1999 [original de 1980]; CERTEAU, 1998 [original revisto e ampliado de 1994]; GEERTZ, 2001 [original de 1983]; ROUGHLEY, 2000; GEERTZ, 2001 [original de 2000].

²⁸. *E. g.*, LÉVI-STRAUSS, 2000 [original de 1952]; OLIVEIRA, 1976; POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998 [original de 1995].

Semiótica²⁹ e da História das Religiões³⁰, dentre outros, propiciaram a descoberta de outros mundos e uma visão distinta das sociedades a partir de comparações resultando em explicações diferentes. De fato, quando se derruba as antigas hierarquias entre as culturas e se transcende as velhas dicotomias em que assentava a cultura racional/cartesiana/iluminista, então é possível “comparar o incomparável”. Tal é a proposta de História Comparada apresentada por Detienne.

“Comparar o incomparável”?

Em meados dos anos 1960, foi criado o Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes (CRCSA) ou Centre Louis-Gernet por Jean Pierre Vernant, Marcel Detienne e outros pesquisadores³¹. Esta equipe tornou-se um grupo de pesquisa bastante ativo e de excelência, cujos estudos comparativos foram responsáveis por uma série de mudanças nas abordagens referentes ao conhecimento das sociedades. Reconhecendo o mérito de seu trabalho pioneiro para as pesquisas em Ciências Humanas, o CRCSA foi convidado a participar da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

Marcel Detienne, no livro *Comparer l'incomparable* (2000)³², apresentou os pressupostos comuns compartilhados pelos diferentes pesquisadores da equipe do CRCSA para desenvolver seus estudos comparativos. Partiu-se da concepção de que

²⁹. E. g., BENVENISTE, 1962; JAKOBSON, 1963; TODOROV, 1967; PÊCHEUX, 1969; KRISTEVA, 1969; GREIMAS, 1970; BARTHES, 1970; BARTHES, 1972; SEARL, 1972 [original de 1969]; HYMES e GUMPERZ, 1972; GOFFMAN, 1973 [original de 1967]; FOUCAULT, 1971; KRISTEVA *et al.* (ed.). 1975; GOODY, 1977; GOODY, 1978; BENVENISTE, 1974; ECO, 1980 [original de 1976]; GREIMAS e COURTÉS, 1989 [original de 1979]; BEACCO, 1992: 8-27.

³⁰. E. g., DUMÉZIL, 1952; LÉVI-STRAUSS, 1968: 1-4; JULIA, 1986: 106-131 [original de 1974].

³¹. Para maiores detalhes sobre a história da formação do grupo, ver VERNANT, 2001. Sobre as atividades do CRCSA, entrar em contato através do endereço 10, Rue Monsieur Le Prince, 75006, Paris, France; do tel. 00 XX 31 44 41 46 50 e do e-mail gernet@ehess.fr.

³². A inovação da proposta comparativa de Detienne contradiz o dito popular “*on ne peut comparer que ce qui est comparable*”, razão que motivou o título do livro, que, ao mesmo tempo em que sintetiza sua abordagem, sinaliza o desafio ao senso comum e ao estabelecido. Parte-se do princípio de que tudo está em comparação, implícita ou explicitamente. A História como conhecimento implica em comparação constante.

uma sociedade é formada por um conjunto complexo e infinito de elementos, pertencentes à dinâmica das relações e das práticas sociais pelas quais os homens se articulam uns aos outros, produzindo, num determinado tempo e espaço, variáveis também infinitas de combinações e ações sociais. Assim, a comparação poderá percorrer tanto as sociedades antigas quanto as atuais, as simples e as complexas, colocando em perspectiva as singularidades, as repetições, o tempo e o espaço.

É necessário afastar-se de todo o tipo de hierarquização de culturas e sociedades, de níveis de realidades estanques ou de supremacia de um domínio sobre o outro pois existem diversas redes de imbricações, quando se tratam de fenômenos sociais, que não são necessariamente lineares, causais e evolutivas. Estas redes têm mais condições de serem percebidas e elucidadas quando se tornam objeto de uma abordagem comparativa pela construção de um *conjunto de problemas*, que perpassam as pesquisas da equipe disposta a trabalhar comparativamente. Logo, não há preocupação com hierarquias pois não se objetiva formular modelos abstratos, leis gerais, relações de causalidades, origem nem essência dos fenômenos, mas sim descobrir formas moventes e múltiplas com as quais as sociedades se depararam, as representaram e se transformaram.

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se freqüentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova. Esta forma de comparação autoriza a análise de componentes de configurações vizinhas e cada uma, com seus traços diferenciais, permite entrever a *clivagem* entre uma série de possibilidades.

A abordagem comparativa exige que se considerem as várias modalidades de observação e análise dos fenômenos sociais, incentivando que o problema selecionado seja operado em diversos ângulos pela equipe de pesquisadores, o que leva à rejeição de princípios de univocidade, como aqueles advindos de autoridade pessoal, modelos, enquadramentos e linearidade do objeto/sujeito de conhecimento. A prática da comparação demanda que se trabalhe em equipe, todos juntos, em igualdade de condições e que o trabalho de cada um consiga “interessar” os outros. Há necessidade de se criar um espaço de debates entre os membros da equipe para analisar o estado atual da pesquisa comparada considerando as questões que foram *a priori* destacadas.

A partir destes pressupostos comuns, a abordagem comparativa no *Modelo Detienne* é operacionalizada em três etapas complementares:

1) Construção de objetos de pesquisa pelos projetos individuais de cada membro da equipe. Abre-se para interpretações de fenômenos sociais tanto plural quanto singular, tanto crítica quanto construtiva, tanto empírica quanto conceitual, posto que os objetos são elaborados a partir de distintos recortes e saberes dos pesquisadores da equipe.

2) Construção de conjuntos de problemas. Constituem-se em questões comuns que perpassam pelos projetos individuais de pesquisa da equipe disposta a trabalhar comparativamente e que direcionam o lugar pelo qual pesquisadores passarão a observar e analisar seu objeto, centrados na construção de um horizonte fenomenológico e conceitual aberto ao desmanche diacrônico. Realiza-se uma escolha acertada e concertada pelos membros da equipe em torno de um feixe de problemáticas,

capazes de circular entre todos, de serem inteligíveis a todos de uma forma inequívoca. É uma escolha da equipe, norteadada pelos projetos de pesquisa em andamento. Estes *conjuntos de problemas* organizam a equipe em subgrupos, fundamentado no “interesse”, entendido aqui como estar entre (“inter-esse”), compartilhar sem hierarquias, permitindo que os pesquisadores trabalhem juntos; é o “interesse” que faz avançar o conhecimento. Frente à diversidade de sociedades, próximas ou longínquas, espacial e temporalmente, estabelece-se um *conjunto de problemas*, que interessam a toda a equipe e são posteriormente submetidos à análise de cada um dos pesquisadores. Cada equipe trata de questões que serão observadas individualmente em cada projeto e comparativamente com os professores que fazem parte da mesma. Compreende-se então porque a comparação, conforme proposta pelo *Modelo Detienne*, é tanto singular quanto plural;

3) Criação de um *campo de exercício de experimentação comparada*. Este *campo* é fundamentado em torno do diálogo entre os membros da equipe. O *campo de exercício de experimentação comparada* é um conceito metodológico, fundamentado na “comparação construtiva”, pois se inicia com a construção de *conjuntos de problemas* em comum e se efetua no decorrer dos debates entre os pesquisadores. Expressa uma atividade acadêmica regular de debates entre os pesquisadores, na qual se apresentam os resultados das pesquisas individuais e verificam-se as diferenças sociais e históricas diante dos *conjuntos de problemas*, que todos se propuseram a observar durante as suas pesquisas.

O *Modelo Detienne* ocorre no momento em que experimentamos, no dia-a-dia, o impacto da abertura de novos campos do saber, da multiplicação e generalização dos meios e suportes de informação. As inovações e o volume de informações parecem soterrar todo o passado, dando-nos a sensação de vivermos no eterno presente, ficcional ou virtual e, por que não dizer, mítico. Na maioria das vezes, como na expressão de Guy Debord (1997), transformando o meio em espetáculo e a produção do novo em objetivo em si. O peso do novo tempo e do efêmero acaba por forjar um tempo permanentemente presente, resistente à crítica, resultando numa forma de saber cujo senso comum, o real e o presente são eternos e imutáveis. A sociedade de um “eterno tempo presente” passa a ser vista como resultado único e desejado de todas as sociedades e as demais formas de organização social são consideradas fadadas ao fracasso ou à adaptação face ao que se chama “sistema mundial” ou “globalização” ou ainda “pensamento único”. Assim, uma visão única da sociedade, em especial através de uma abordagem oblíqua que só percebe o outro em função de si mesmo, acaba por impor uma só norma e um único método capaz de organizar o saber sobre o Homem em Sociedade. Todo este processo produz uma espécie de incapacidade de ver o diferente, de buscar a originalidade, de procurar o traço que distingue o singular em meio ao que é universal. Face a estes fatos perguntamo-nos se, onde estiver o Homem, a humanidade, nós não teremos toda uma série de planos sociais, às vezes distintos, às vezes solidários, mas organizados de alguma forma? Ou ainda, se não encontraremos inovações, mudanças, projetos, conflitos, tensões e resistências?

Conclusão

A investigação comparativa é um desafio para o saber histórico e para aqueles que a praticam. As iniciativas não são homogêneas, mas, apesar disso, o que as une é a atitude enfaticamente crítica do comparativismo, que resulta na construção de um espaço amplo e diversificado de produção de conhecimento histórico.

Especificamente, o aporte metodológico comparativo do *Modelo Detienne* estimula a criatividade dos pesquisadores envolvidos e o aprofundamento multifocal. Neste, o que se compara não é apenas aquilo que pode ser comparado em sua singularidade fechada, que se fundamenta na possibilidade de comparação por semelhança taxonômica. Deve-se considerar que os fenômenos da comparação, sejam relativos a gênero, grupos sociais, partidos, nações, território, religião e outros, não significam a mesma coisa para todas as sociedades. O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo *habitus* e reproduzido pelo senso comum. Os historiadores não criam abstrações tipológicas e conceituais a partir de condições ideais de temperatura e pressão que possam ser demonstradas em qualquer tempo ou espaço, ou seja, a partir de condições fenomenológicas de repetição. O “fazer histórico” corresponde a uma operação concreta de captura e de redefinição do mundo e é historicamente construído. Desta maneira, viabilizar ou não uma abordagem comparada não é uma ação que advenha de valores absolutos do mesmo e do outro. A viabilidade decorre das condições históricas da produção do saber no momento em que os pesquisadores irão construir os *conjuntos de problemas* a serem observados por todos, criando o encontro, uma espécie de ponte entre os olhares plurais, pois é precisamente a partir disto que se apreendem as variáveis

que explicitam as diferenças. Neste sentido, incentiva-se o estabelecimento do diálogo entre os vários saberes, enquanto suportes e práticas de conhecimento capazes de melhor explicar as escolhas e as trajetórias das diversas sociedades.

Este comparativismo centra-se na discussão e seleção de um *conjunto de problemas* que perpassem os diversos objetos de pesquisa da equipe de pesquisadores sem os limites espaço-temporais tradicionalmente determinados³³, estabelecendo o *campo de exercício de experimentação comparada*, no qual os pesquisadores trocam as informações referentes às diferenças entre as sociedades encontradas durante as suas pesquisas individuais. O fundamental do método comparativo do *Modelo Detienne*, e que lhe dá um caráter inovador, é o trabalho coletivo de um grupo de pesquisadores, aberto para livres opções, tanto no que concerne ao recorte do objeto, ao tempo e ao espaço, quanto aos métodos e conceitos. Ora, isso quer dizer que a História Comparada, no nosso entender, subentende mais do que uma justaposição ou uma divisão seja em termos do tipo de História, seja em termos dos períodos históricos. A História Comparada é o método de pesquisa que convida a uma mudança de atitude no modo de fazer História; é uma nova perspectiva dos pesquisadores como sujeitos em relação ao objeto de pesquisa.

Bibliografia

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. trad. S. Barth. São Paulo / Brasília: Martins Fontes / Ed. UnB, 1982. (Col. Sociedade Moderna, 6)

ATSMA, H., BURGUIÈRE, A. (orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui*; Histoire Comparée & Sciences Sociales. Paris: EHESS, 1992.

BARRACLOUGH, G. *History in a changing world*. Oxford: Basil Blackwell, 1955.

³³. Pode-se chegar a uma outra periodização baseada em novos conceitos, com isso não se abole o tempo.

BARTHES, R. *et al. La semiología*. Buenos Aires, trad. S. Delpy *et al.* Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.

BARTHES, R. *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Seuil, 1972.

BEACCO, J.-Cl. Les genres textuels dans l'analyse du discours: écriture légitime et communautés trans-langagières. *LANGAGES* (105): 8-27, 1992.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1962.

BERR, H. Le Ve. Congrès International des Sciences Historiques et la synthèse en Histoire. *REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE XXXV* (124): 5-14, 1923.

BINFORD, L. R. *For theory building in Archaeology; essays on found remains, aquatic resources, spatial analysis and systemic modeling*. New York: Academic Press, 1977. (Studies in Achaeology)

BINFORD, S. R., BINFORD, L. R. (org.). *New perspectives in Archaeology*. Chicago / New York: Aldine / Atherton, 1968.

BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979. (Col. Lugar da História, 6)

BLOCH, M. Comparaison. *REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE LXIX* (boletim anexo): 31-39, 1930.

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *In: Melanges historiques*. v. 1. Paris: EHESS, 1983. p. 16-40.

BONELL, V. E. The uses of theory, concepts and comparison in Historical Sociology. *COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY XXII* (2): 156-173, 1980.

BOURDÉ, G., MARTIN, H. *As escolas históricas*. Mem Martin: Publ. Europa-América, 1990. (Col. Fórum da História)

BOURDIEU, P. *et al. Problèmes et objets de la recherche en Sciences Sociales*. Paris: EHESS, 1988.

BRUNEAU, Ph. Quatre propos sur l'archéologie nouvelle. *BULLETIN DE CORRESPONDANCE HELLÉNIQUE C* (1): 103-135, 1976.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989); a Revolução Francesa da historiografia*. trad. N. Odalia. 4. reimpr. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BURKE, P. *História e Teoria Social*. trad. K. B. Gerhardt e R. V. Majer. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CANFORA, L. *Ideologie del classicismo*. Turin: Einaudi, 1980.

CARANDINI, A. *Archeologia e cultura materiale*. Bari: de Donato, 1979.

CARDOSO, C. F. S., PÉREZ BRIGNOLI, H. O método comparativo na História. In: *Os métodos da História*; uma introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. trad. João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 409-419. (Col. Biblioteca de História, 5)

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. v. 1: Artes de fazer. 4. ed. trad. E. F. Alves e L. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. v. 2: Morar, cozinhar. 2. ed. trad. E. F. Alves e L. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de. *La culture au pluriel*. Paris: Christian Bourgois / Seuil, 1993. (Points Essais, 267)

COHN, G. *Crítica e resignação*; estudo sobre o pensamento de Max Weber e a sua compreensão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

CONTE, D. La morfologia storica comparata di Oswald Spengler. In: ROSSI, P. (ed.). *La storia comparata*. Approci e prospettive. Milano: Il Saggiatore, 1990. p. 5-31.

COURBIN, P. (org.). *Études archéologiques*. Paris: S.V.V.P.E.N., 1963.

DAVILLÉ, L. La comparaison et la méthode comparative, en particulier dans les études historiques. REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE. XXVII (79-80): 4-33, 1913 a; XXVII (81): 217-257, 1913 b; XXVIII (83-84): 201-229, 1914.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DETIENNE, M. *Comparer l'incomparable*. Paris: Seuil, 2000.

DRAY, W. *Filosofia da História*. 2. ed. trad. O. S. da Mota e L. Hegenber. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DUMÉZIL, G. *Les dieux des indo-européens*. Paris: PUF, 1952.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Col. Tópicos)

ECO, U. *Tratado geral de semiótica*. trad. A. de P. Danesi e G. C. C. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ELLIOT, J. H. *National and Comparative History*. An inaugural lecture delivered before the University of Oxford. Oxford: Clarendon Press, 1991.

ETZIONI, A., DU BOW, F. L. (eds.). *Comparative perspectives; theories ad methods*. Boston: Little Brown, 1970.

FEBVRE, L. Duas filosofias oportunistas da História. De Spengler a Toynbee. In: *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989. (Biblioteca de Textos Universitários, 75)

FEBVRE, L. Une esquisse d'histoire comparée. REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE XXXVII (128): 151-152, 1924.

FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: LTC, 1978.

FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. trad. W. Barcellos e S. Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. trad. N. L. Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FONER, L., GENOVESE, E. D. (dir.). *Slavery in the New World; a reader in Comparative History*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. trad. L. C. de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

GARDIN, J.-Cl. Archéologie et calculateurs: nouvelles perspectives. REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES SOCIALES XXIII (2): 204-218, 1971.

GARDIN, J.-Cl. *Une Archéologie théorique*. Paris: Hachette, 1979.

GARDINER, P. *Teorias da História*. trad. V. Matos e Sá. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. (Antropologia Social, dir. G. Velho)

GEERTZ, C. *Nova luz sobre a Antropologia*. trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original de 2000].

GEERTZ, C. *O saber local; novos ensaios em antropologia interpretativa*. trad. V. M. Joscelyne. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENOVESE, E. D. The comparative focus in Latin American History. *In: In red and black*. New York: Pantheon Books, 1971. p. 375-388.

GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1973.

GOODY, E. N. (ed.). *Questions in politeness*. Strategies in social interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

GOODY, E. N. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GREEN, N. L. L'Histoire comparative et le champ des études migratoires. *ANNALES ESC* 45 (6): 1335-1350, nov.-déc. 1990.

GREIMAS, A. J. *Du sens*. Essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1970.

GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. trad. A. Dias *et al.* São Paulo: Cultrix, 1989.

HAUPT, H.-G. O lento surgimento de uma História Comparada. *In: BOUTIER, J., JULIA, D.* (org.). *Passados recompostos; campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998. p. 205-216.

HILL, A. O., HILL JR., B. H. AHR Forum, Marc Bloch and Comparative History. *AMERICAN HISTORICAL REVIEW* LXXXV (4): 828-857, 1980.

HIRST, Paul Q. *Evolução social e categorias sociológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HYMES, D. H., GUMPERZ, J. J. (ed.). *Directions in Sociolinguistics: the Ethnography of Communication*. Holt: Rinehart and Winston, 1972.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Seuil, 1963.

JASPERS, K. Método e visão de mundo em Max Weber. *In: COHN, Gabriel.* (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. São Paulo: LTC, 1977. p. 121-135.

JULIA, D. A religião: História religiosa. *In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre.* (dir.). *História: novas abordagens*. trad. H. Mesquita. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. p. 106-131.

KRISTEVA, J. *et al.* (ed.). *Langue, discours, société*. Paris: Seuil, 1975.

KRISTEVA, J. *Semeiotikè*. Recherches pour une sémanalyse. Paris: Seuil, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Cl. *Raça e História*. trad. I. Canelas. 6. ed. Lisboa: Presença, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Cl. Religions comparées des peuples sans écriture. *In: Problèmes et méthodes d'histoires des religions*. Paris: PUF, 1968. p. 1-4.

- MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORSE, R. M. *O espelho de Próspero*; cultura e idéias nas Américas. trad. P. Neves. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais – Sociologia, dir. R. Coelho, L. Pereira e J. de S. Martins)
- PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
- PESAVENTO, S. J. (coord.). *500 anos de América*; imaginário e utopia. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992.
- PIRENNE, H. De la méthode comparative en Histoire. In: MARES, G. des, GANSHOF, F.-L. (eds.). *Ve. Congrès International des Sciences Historiques*. Bruxelles: Weissenbruch, 1923. p. 19-28.
- POUTIGNAT, Ph., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. (seguido de “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” de Fredrik Barth; original de 1969). trad. E. Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- PREDAVAL, M. V. Arnold J. Toynbee e lo studio comparato delle civiltà. In: ROSSI, P. (ed.). *La storia comparata*. Approci e prospettive. Milano: Il Saggiatore, 1990. p. 32-54.
- PRZEWORSKI, A., TEUNE, H. *Logic of comparative social inquiry*. New York: John Willey and Sons, 1970.
- ROCHA, F. *Teorias sobre a História*. Braga: Publ. da Faculdade de Filosofia, 1982.
- ROCKKAN, S. (ed.). *Comparative research across cultures and nations*. Paris: Mouton, 1968.
- ROMAGNOLI, D. La comparazione nell’opera di Marc Bloch: pratica e teoria. In: ROSSI, P. (ed.). *La storia comparata*. Approci e prospettive. Milano: Il Saggiatore, 1990. p. 110-125.
- ROSSI, P. (ed.). *La storia comparata*. Approci e prospettive. Milano: Il Saggiatore, 1990.
- ROUGHLEY, N. *Beings humans*. Anthropological universality and particularity in transdisciplinary perspectives. Berlin / New York: de Gruyter, 2000.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. trad. B. Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SAID, E W. *Cultura e imperialismo*. trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, E. W. *Orientalismo*; o Oriente como invenção do Ocidente. trad. T. R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHNAPP, A. A arqueologia. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. (dir.). *História: novas abordagens*. trad. H. Mesquita. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. p. 1-20.

SEARL, J. *Les actes de langage*. Paris: Hermann, 1972.

SÉE, H. Remarques sur l'application de la méthode comparative à l'histoire économique et sociale. REVUE DE SYNTHESE HISTORIQUE XXXVI (126): 37-46, 1923.

SÉE, H. *Science et philosophie de l'histoire*. Paris: Alcan, 1933.

SEWELL JR., W. H. Marc Bloch and the logic of comparative History. HISTORY AND THEORY VI (2): 208-218, 1967.

SIMIAND, F. Méthode historique et Science Sociale. In: CEDRONI, M. *Méthode historique et Sciences Sociales*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1987.

SIMIAND, F. *Método histórico e Ciência Social*. Trad. J. L. do Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Col. História)

SKOCPOL, T. (ed.). *Vision and method in Historical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SKOCPOL, T., SOMERS, M. The uses of Comparative History in macrosocial inquiry. COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY XXII (2): 174-197, 1980.

SMELSER, N. J. (ed.). *Comparative methods in the Social Sciences*. Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1976.

SPENGLER, O. *Decadência do Ocidente*; esboço de uma morfologia da História Universal. trad. H. Werner e H. Caro. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

THRUPP, S. Editorial. COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY I (1): 1-4, oct. 1958.

TODOROV, T. *A conquista da América*; a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TODOROV, T. *Littérature et signification*. Paris: Larousse, 1967.

TOYNBEE, A. J. *et al.* The Contribution of Arnold Toynbee. DIOGÈNE XIII, 1956.

TOYNBEE, A. J. *Um estudo da História*. 2. ed. trad. J. Caplan e I. S. Leal. Brasília: Ed. UnB, 1987.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974. (Col. Ensaios, 9)

TRIGGER, B. C. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

UCKO, P. (ed). *Theory in Archaeology, a world perspective*. London: Routledge, 1995.

VANN WOODWARD, C. (ed.). *The comparative approach to American History*. New York: Basic Books, 1968.

VERNANT, J.-P. *Entre mito e política*. trad. C. Murachco. São Paulo: EdUSP, 2001.

WALKER, L. D. A note on historical linguistics and Marc Bloch's comparative method. *HISTORY AND THEORY* XIX (2): 154-164, 1980.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. trad. W. Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.